



ORIENTE MÉDIO EM CONVULSÃO

Irã esnoba plano de paz de Trump

Proposta dos EUA tem 15 pontos, incluindo o fim do programa nuclear do regime islâmico. Teerã responde que a guerra terminará "nos nossos termos"

Um dia depois de o jornal *The New York Times* e outros meios terem informado sobre um plano de 15 pontos para a paz, que teria sido enviado pelos Estados Unidos ao Irã, via Paquistão, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, retomou o tom de ameaça que marcou suas colocações sobre a guerra desde os primeiros ataques ao regime de Teerã, em parceria com Israel, em 28 de fevereiro. "O presidente Trump não está blefando e está preparado para desencadear o inferno. O Irã não deve se enganar novamente", advertiu a porta-voz da Casa Branca, Katherine Leavitt.

"Se o Irã não aceitar a realidade do momento atual, se não entender que foi derrotado militarmente, o presidente Trump garantirá que receba golpes mais duros do que quaisquer que já tenha recebido antes", reforçou a porta-voz. Ela ponderou, no entanto, que "as conversas continuam", a despeito da rejeição pública e explícita do regime iraniano ao acordo proposto por Washington. Em resposta direta às notícias sobre o plano de paz dos EUA, Ebrahm Zolfaqari, porta-voz do comando militar central iraniano, sugeriu que o presidente norte-americano "está negociando consigo mesmo".

Falar agora de negociações equivale a admitir uma derrota (por parte dos EUA), disse à televisão pública iraniana o chanceler Abbas Araghchi, em resposta ao noticiário sobre o plano de paz oferecido por Washington. De acordo com o jornal *NY Times*, que revelou o movimento, e com outros meios que seguiram a notícia, a proposta teria sido remetida por meio do Paquistão, que confirmou ter entregado o documento ao Irã. Araghchi insistiu que o governo de Teerã "quer pôr fim à guerra, mas em seus próprios termos".

Dois planos

Segundo transpirou na imprensa, a



Partidários do regime se manifestam em Teerã, com bandeiras da República Islâmica e retratos do aiatolá Mojtaba Khomeini

proposta dos EUA contemplaria, entre outras medidas, a renúncia explícita do Irã ao enriquecimento de urânio, atividade à qual o país está autorizado, como signatário do Tratado de Não Proliferação (TNP) de armas nucleares. O documento incluiu outros termos, relacionados à estrutura do regime estabelecido pela Constituição islâmica, aprovada em plebiscito em 1979, com 90% de aprovação. Fazendo coro ao chanceler, outro alto funcionário iraniano, citado anonimamente pela mídia estrangeira, reforçou a declaração do chanceler, de que o Irã "continuará



Se o Irã não aceitar que foi derrotado militarmente, receberá golpes mais duros do que quaisquer que já tenha recebido antes"

Katherine Leavitt, porta-voz da Casa Branca

resistindo". "A guerra terminará quando o Irã resolver terminá-la, não quando Trump decidir", afirmou a fonte.

Em resposta ao suposto plano de paz de Trump, ainda que não tenha admitido oficialmente que ele tenha sido

recebido, o regime de Teerã reafirmou cinco condições formuladas publicamente em seguida ao início dos ataques dos EUA e de Israel, em 28 de fevereiro. O primeiro é a cessação das hostilidades pela parte adversária. Além disso, o Irã reclama garantias de que a ofensiva contra seu território não seja retomada e o pagamento de reparações pelos danos causados à sua infraestrutura.

Qualquer cessar-fogo, segundo a formulação iraniana, deve incluir "outras frentes" de combate, o que diz respeito em especial ao Líbano, onde tropas de Israel bombardeiam posições da milícia xiita Hezbollah, pró-Irã, e anunciam planos para ocupar uma faixa de 30km do território libanês na fronteira entre os dois países — como fizeram entre 1982 e 2000.

Estreito de Ormuz

Outra das cinco condições elencadas pelo regime islâmico para um acordo de paz diz respeito à sua condição de soberania sobre o Estreito de Ormuz, passagem obrigatória para a saída do Golfo Pérsico, de onde saem 20% das exportações de petróleo destinadas aos mercados internacionais. O Irã vem afirmando que a via naval segue "fisicamente aberta", mas que permitirá o tráfego apenas a navios de nações "amigas", e mediante "coordenação" com as autoridades iranianas. Ontem, foi registrada a passagem de apenas um petroleiro pelo estreito.

O presidente do parlamento iraniano, Mohammad Bagher Ghalibaf, uma das figuras centrais do regime islâmico na situação criada pela morte do líder supremo, o aiatolá Ali Khamenei, e de outros pilares do regime, advertiu sobre as consequências de um desembarque de tropas norte-americanas na ilha iraniana de Kharg. Além da posição estratégica, próxima à entrada do estreito — e justamente por isso —, o território é base para o processamento e a exportação de 90% do petróleo iraniano.

"Segundo os serviços de inteligência, os inimigos do Irã estão se preparando para ocupar uma das ilhas iranianas", com apoio de um aliado regional, não mencionado. "Se isso acontecer, todas as infraestruturas vitais desse país serão alvo de ataques incessantes (do Irã)", ameaçou. Mais que isso, Ghalibaf colocou sobre a mesa a opção de abrir um "novo front" em outro gargalo para o tráfego do petróleo extraído no Golfo Pérsico: o estreito de Bab el-Mandeb, passagem obrigatória rumo ao Canal de Suez, que dá acesso ao Mar Mediterrâneo. O Bab el-Mandeb está no raio de ação dos houthis, milicianos xiitas pró-iranianos que controlam metade do território do Iêmen.

REDES SOCIAIS

Júri condena YouTube e Meta por vício de jovem

» RODRIGO CRAVEIRO

Em uma decisão sem precedentes, um júri de Los Angeles (Califórnia) considerou que a Meta e o YouTube foram negligentes e devem ser responsabilizados por um caso de dependência em redes sociais. Segundo o veredicto, as duas big techs tiveram papel ativo em prejudicar uma jovem mediante o design "viciante" de suas redes sociais. O tribunal ordenou que as companhias paguem US\$ 3 milhões (cerca de R\$ 15,72 milhões) em reparo por danos — 70% do valor caberá à Meta (US\$ 2,1 milhões ou R\$ 10,4 milhões) e 30% ao YouTube (US\$ 900 mil ou R\$ 4,7 milhões).

"Chegou a hora de prestar contas", comemorou, por meio de nota, os advogados da demandante, identificada como K.G.M. e apresentada apenas como Kaley no julgamento. A Meta e o Google, dono do YouTube, anunciaram que recorrerão da sentença. "Respeitosamente discordamos e vamos recorrer. A saúde mental dos adolescentes é profundamente complexa e não pode ser atribuída a um único aplicativo", reagiu um porta-voz da Meta. "Este caso demonstra um desconhecimento sobre o YouTube, que é uma plataforma de streaming projetada de forma responsável e não uma rede social", comentou o porta-voz do Google, José Castaneda.

O caso abre as portas para indenizações ainda mais vultosas. Ao ser confrontado pelo juiz com sete perguntas relacionadas às empresas, o júri respondeu a todas as questões afirmativamente e chegou à conclusão de que negligência da Meta e do YouTube no design e na funcionalidade das redes sociais foi preponderante

para prejuízos à saúde da jovem, que alega ter se viciado quando criança. De acordo com os jurados, as empresas tinham conhecimento ou deveriam saber que suas redes sociais representavam um perigo para os menores de idade e, ainda assim, não advertiram, de forma adequada, os seus clientes.

Do lado de fora da Corte Superior de Los Angeles, pais e outros familiares exibiram uma enorme faixa com os nomes e as idades de jovens que faleceram depois de se tornarem viciados nas plataformas sociais. Entre eles, estava Amy Neville, mãe de Alexander Neville, que morreu aos 14 anos, em 2021, depois de tomar fentanyl comprado por meio do aplicativo Snapchat — ele acreditava ser o analgésico oxicodeona. "Eu espero que essa decisão abra as portas para que outras famílias tenham o seu dia na Corte. Isso nos ajudará a pressionar por uma legislação necessária! No fim das contas, forçar essas empresas a produzirem um produto seguro", afirmou ao *Correio*, em entrevista por e-mail. "O veredicto confirma o que as famílias impactadas sabiam — que essas companhias conheciam os danos e escolheram ignorá-los, em um esforço para maximizar os lucros", acrescentou.

Esperança

"Agora, podemos ter esperança! Podemos construir um ambiente on-line mais seguro para os jovens. Temos a opinião pública ao nosso favor, e é aí que a maré vira!", disse ainda Amy. A mãe de Alexander assegurou que luta pela memória do filho e de todas as outras crianças afetadas. "Temos um processo contra o Snapchat, mas ainda

Frederic J. Brown/AFP



Amy Neville (E) segura a foto do filho Alexander, morto aos 14 anos: "Luto em memória dele e de todas as outras crianças"

Saúde agravada em sete anos

Kaley teve acesso ao YouTube, pela primeira vez aos seis anos, depois de fazer o download do aplicativo em seu iPod Touch. A intenção, segundo ela, era assistir a vídeos sobre brilho labial e jogar um game infantil on-line. Aos nove, burlou um bloqueio ativado pela mãe e começou a usar o Instagram. Ela testemunhou no tribunal que, um ano depois, sofreu depressão e passou a se mutilar. Aos 13, foi diagnosticada com transtorno dismórfico corporal e fobia social.

não sabemos como e se isso o afetará. Não descansarei até que esses produtos sejam seguros desde a sua concepção."

Neema Rahmani, ex-procurador

mas existem milhares de demandantes que entraram com ações judiciais. Na terça-feira, no Novo México, a Meta foi condenada a pagar US\$ 375 milhões (ou R\$ 1,9 bilhão) por

danos às crianças, e o estado busca uma medida judicial para obrigar a empresa a mudar suas práticas", ressaltou ao *Correio*. Rahmani compara o caso aos processos contra grandes empresas de tabaco e fabricantes de opioides. "Sou velho o bastante para me lembrar quando tínhamos seções para fumantes em aviões. Agora, por causa de litígios, qualquer pessoa que compra um maço de cigarros vê avisos sobre câncer na embalagem", lembrou o ex-procurador. Segundo ele, decisões judiciais como a de ontem mudarão drasticamente a forma como os aplicativos de redes sociais são vistos. "Este é realmente um dia histórico."